

ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DISCURSIVA E TEXTUAL

STRATEGIES FOR REFERENCIAÇÃO: DEVELOPING DISCURSIVE AND TEXTUAL SKILLS

Neusa Helena Mantovani Baldissera¹
Maria Luceli Faria Batistote²

Resumo

Este trabalho apresenta estudo e análise dos princípios de referenciação e progressão referencial utilizados na organização do texto em busca da construção de sentido, evidenciando sua importância para o desenvolvimento das competências discursiva e textual. Para isso, recorre a abordagens teóricas da Linguística Textual, seguidas de um exame de como ocorre a escolha desses princípios, tendo como suporte um *corpus* constituído por três minicontos produzidos por alunos de uma turma de 5º ano do ensino fundamental, buscando uma reflexão no que diz respeito ao ensino da construção e (re)construção do discurso em um processo de constituição do saber.

Palavras-chave: referenciação. progressão referencial. organização textual.

Abstract

This paper presents a study and analysis of the principles of benchmarking and benchmark progress in the construction of meaning and organization of the text, highlighting its importance to the development of discursive and textual skills. For this, it uses some theoretical approaches to linguistic Textual, following an examination of how the choice of these principles occurs, underpinning a corpus composed of three minicontos produced by students in a class of 5th year of elementary school, providing a reflection on With regard to the teaching of construction and (re) construction of discourse in the process of constitution of knowledge.

Keywords: referral. referential progression. textual organization.

Introdução

O ato de escrever requer escolhas lexicais por parte do sujeito escritor, que se coloca perante o texto como pessoa, como produtor e como enunciador da escrita. Essas escolhas dependem do gênero convocado e são mobilizadas conforme a experiência, o conhecimento, as competências e as necessidades linguísticas, diante das diversas possibilidades de uso da linguagem e considerando o que se pretende dizer, a quem se pretende dizer e como se pretende dizer, com a finalidade de

¹ Mestranda do Curso Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL).

² Docente do Curso de Letras e dos Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Estudos de Linguagens, Mestrado em Comunicação e Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

representar a escrita de forma pertinente e eficaz, pautada no dinamismo e na plasticidade da linguagem.

Cada texto abarca diferentes previsibilidades genéricas em sua construção composicional; os mecanismos necessários à representação da escrita são os responsáveis pela organização global do texto enquanto unidade superior à frase, de modo a assegurar o fim pretendido, condicionado a escolhas linguísticas. Isso implica dizer que “[...] pelo menos alguns parâmetros do gênero terão necessariamente de ser mantidos, de forma a assegurar que o gênero é reconhecido – condição *sine qua non* para que o fim pretendido [...] seja atingido.” (COUTINHO, 2007, p. 646). Ademais, a atividade da escrita como elaboração discursiva pressupõe o desenvolvimento de algumas estratégias responsáveis pela articulação das ideias, relação entre enunciados e domínio linguístico que orientam o leitor-interlocutor na construção de sentidos estabelecidos pelo produtor. São as estratégias de referenciação e progressão referencial utilizadas no processo de escolhas de recursos linguísticos, mobilizadas dentre as suas múltiplas funções e efeitos, cujo fim consiste na manutenção da organização textual.

Este artigo pretende examinar como ocorre a escolha de alguns princípios de referenciação e progressão referencial feita por alunos do 5º ano de escolaridade, de uma escola pública municipal de Três Lagoas/MS, e quais conhecimentos e competências são ativados por eles, a fim de organizar seu texto por meio dessas estratégias, de modo a garantir a tessitura do todo textual, diante das vastas possibilidades de se mobilizar a língua. Será feita uma análise e interpretação dessas escolhas – se são pertinentes para o gênero e para a coerência a ser buscada, mediante os mecanismos de referenciação (introdução referencial, anáforas, dêixis e outros que se fizerem necessários), responsáveis pela continuidade do texto na tarefa da escrita.

Tendo como pressupostos teóricos o arcabouço da Linguística Textual, sobretudo, em estudos recentes a respeito dos processos de referenciação, sob o ponto de vista de Marcuschi (2006), Kock e Elias (2012) e Cavalcante (2013), trazemos algumas concepções teóricas acerca da atividade da referenciação, bem como suas funções no texto. A seguir, examinamos o funcionamento dos processos referenciais, por meio dos sinalizadores utilizados pelos alunos para remeterem objetos de discurso, considerando-os como “[...] sujeito que opera sobre o material linguístico” (NASCIMENTO, 2013, p. 3) entendendo tanto a língua quanto o sujeito como categorias dinâmicas e heterogêneas.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Texto e organizadores textuais

Segundo Coutinho (2004), Beaugrande (1980) propôs, inicialmente, sete mecanismos (coesão, coerência, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade) como os responsáveis pela textualidade. Proposta essa ampliada e desenvolvida por Beaugrande e Dressler (1981), dentre os quais, consideram critérios de textualidade a coesão e a coerência como propriedades centradas no próprio texto, e as demais relativas ao contexto. Embora tenha sido um importante contributo para a Linguística Textual, outros estudiosos foram assumindo que a configuração textual vai além da simplicidade linear e os estudos sobre a temática vão sendo ampliados. Tais mecanismos são retomados por Schnewly e Dolz (1989), trazendo a nomeação de organizadores textuais, segundo os quais

Os organizadores textuais são considerados como marcas privilegiadas de determinadas operações da actividade da linguagem que dependem da planificação textual; não se trata apenas de operações de conexão, quer dizer, de encadeamento de estruturas proposicionais, como sugere o termo ‘conectores’, mas também de operações de segmentação que funcionam a diferentes níveis do texto. (SCHNEUWLY; DOLZ, 1989, p. 40 apud COUTINHO, 2004, p. 283).

Para Adam (1999 apud COUTINHO 2004), as conexões intertextuais se dão por conectores (expressões linguísticas, como conjunções, locuções conjuntivas, grupos nominais e preposições); e organizadores (espaciais, temporais, enumerativos). Este autor discute e teoriza as conexões e marcadores textuais (mudança de tópico, ilustração ou exemplo).

Coutinho (2004) esclarece que na visão de Shnewly e Dolz (1989), os conectores associam-se a operações de conexão e os organizadores textuais a planos de texto; já, para Adam (2011), a conexão se dá por organizadores, conectores e marcadores textuais.

Sob o ponto de vista de Coutinho (2004), os organizadores textuais são considerados

[...] como expressão hiperonímica relativamente a diferentes categorias de organizadores (incluindo os conectores); trata-se, em todos os casos, de processos que, segmentando unidades textuais e/ou indicando o tipo de relação a estabelecer entre diferentes unidades textuais, assinalam, de forma mais ou menos ostensiva, a organização global, ou plano do texto (que pode ser mais ou menos convencional). (COUTINHO, 2004, p. 284).

Dentre as categorias estabelecidas como forma de organização textual, dada a sua amplitude e complexidade, bem como a plasticidade da língua, os marcadores textuais, conforme a teoria em que se inserem trazem designações diferentes. Segundo Pinto (2010, p.41), “[...] os elementos

linguísticos responsáveis pelas operações de conexão, planificação e segmentação textual podem vir a ser ‘etiquetados’ de formas diversas em função dos diversos autores e respectivas abordagens teóricas” (PINTO, 2010, p. 41). Neste trabalho, elencamos as propostas de Marcuschi (2006, 2008) Kock e Elias(2012) e Cavalcante (2013) com relação aos estudos mais atuais sobre o processo de referenciação, nomeadamente os introdutores discursivos, as expressões dêiticas e anafóricas, que serão objetos específicos de nossa análise na atividade escrita dos alunos.

1.2 Referenciação

Antunes (2010) se refere ao texto como unidade comunicativa global, que embora dotado de singularidades específicas (conforme o gênero em que se encontra materializado) tem sentido e propósitos que devem ser apreendidos. Dentre os aspectos considerados pela autora para o que denomina “análise global do texto”, cabe mencionar o universo de referência como um aspecto a se levar em conta. Trata-se de um enquadramento cognitivo do texto em “[...] entidades, relações, propriedades de um mundo real ou de um mundo fictício” (ANTUNES, 2010, p. 70). Nesse modo de tratar o texto, a busca pelo sentido se inicia a partir do título, seguido do campo social-discursivo, dos níveis de formalidade, do formato e do suporte que apresenta o texto. Todos esses fatores, tanto no aspecto cognitivo, interacional ou social, influenciam no modo como se dá a construção de referentes.

Segundo Marcuschi (2006, p. 1-4), há duas tendências relativas ao tratamento da referência: uma, sob a perspectiva de linguagem como instrumento da língua, cujos referentes são os objetos de mundo; outra, sob a perspectiva de linguagem sócio-cognitiva, cujos referentes são objetos de discurso. Na primeira, “[...] a referência se direciona a uma expressão linguística, ou seja, os referentes são objetos do mundo e a atividade de referi-los é um processo de designação extensional”. Na segunda, a língua é uma atividade “de natureza social e cognitiva”, em que os referentes constituem objetos de discurso. A referenciação é, conforme o autor, um processo que gera domínios referenciais “com objetos discursivos para referir-se a um estado do mundo”.

A língua é uma atividade cognitiva, que pode se realizar por meio de anáforas sem antecedente explícito, mas possível de ser inferido. Isso implica dizer que a atividade referencial ocorre por meio das diversas operações, nem sempre abarcadas por elementos linguísticos explícitos, ou seja, um texto pode não apresentar retomadas explícitas em sua sequência, o que não o impede de ser um texto, por outro lado, pode haver enunciados bem formados, mas que em

conjunto não formam unidade significativa. Marcuschi (2008, p. 64) compactua, dessa forma, com o pensamento de Adam “[...] textos são ocorrências comunicativas e não meras construções gramaticais.” Esta mesma posição é compartilhada por Kock (1999) ao afirmar que “[...] um texto não é apenas uma soma de sequência de frases isoladas”. A língua, segundo a autora, possui elementos que estabelecem relações textuais. Esses elementos são responsáveis pela “tessitura do texto” e podem realizar-se pela gramática ou pelo léxico, mobilizando recursos semânticos com o “propósito de criar textos”. (KOCK, 1999, p. 16-17).

Kock e Elias (2012, p. 133) analisam o processo de referenciação como uma atividade discursiva, que diz respeito às divergentes formas de introdução de novas entidades referentes na composição de um texto. À retomada desses referentes, dá-se o nome de progressão referencial, que pode ser retrospectiva ou anafórica. Atualmente, segundo as autoras, há uma tendência em nomear a progressão referencial em “construção e reconstrução de objetos de discurso”, já que as escolhas realizadas durante a produção textual ocorrem pelo princípio da intersubjetividade.

Para essas autoras, a escrita de um texto exige repetição e progressão, pois continuamente interligam seus elementos por meio de referentes (ora apresentados, ora com informações novas, ora como suporte para novas informações).

A referenciação, segundo Cavalcante (2013, p. 95), é “[...] um fenômeno textual-discursivo dos mais relevantes para a produção/compreensão de sentidos.” Os referentes são os elementos (objetos de discurso) construídos a partir de um texto e há diversas formas de mencioná-los, tais como: repetição de um termo já utilizado, uso de um pronome no lugar de um nome, elipse de um ou outro item lexical (CAVALCANTE, 2013, p. 97). São esses elementos linguísticos, escolhidos e presentes no cotexto, que configurarão o processo da referenciação: “O processo de referenciação diz respeito à atividade de construção de referentes”. (CAVALCANTE, 2013, p. 98).

Ainda segundo essa autora, os referentes podem ser individualizados (quando remetem a entidades especificadas no co(n)texto ou não individualizado (quando remetem a noções gerais); podem ser mais ou menos salientes (quando os elementos ligam-se indiretamente a objetos) que podem representar entidades mais ou menos concretos (conforme os objetos referidos sejam concretos ou abstratos).

Os referentes “remetem a conteúdos nominais”, com natureza substantiva ou adverbial, o que implica dizer que “as expressões referenciais são, geralmente, sintagmas nominais” (op. cit. p. 102). Segundo Koch e Elias (2012), a progressão referencial pode ocorrer por meio de formas de

valor pronominal, por numerais, advérbios locativos, elipses ou formas nominais (reiteradas, sinónímias ou hiperonímicas) ou por nomes genéricos.

Sob a perspectiva da linguagem como forma de interação, Cavalcante (2013, p.105-110) expõe algumas características da referenciação: a) a atividade da referenciação é uma elaboração da realidade, ou seja, a categorização de um referente com diferentes formas, conforme os propósitos discursivos do texto e as especificidades da interação “[...] para um fato, há sempre várias interpretações” (CAVALCANTE, 2013, p. 105). Consistem pressupostos da referenciação “os eventos ocorridos, sabidos, experimentados” (op. cit. p. 105). Isso significa que os eventos não são imutáveis ou estáticos, para fazer sentido são reelaborados, conforme a intencionalidade do texto, portador de uma linguagem, cuja função é a “(re) elaboração das práticas sociais diante das necessidades surgidas no processo de interação”. (CAVALCANTE, 2013, p. 105).

Um referente pode modificar-se ao longo do texto, dependendo de vários fatores, dentre os quais a interação comunicativa do produtor, isso significa que pode haver uma recategorização referencial, conforme o enfoque dado a um referente “[...] a realidade é submetida a reelaborações por parte dos sujeitos que se envolvem na interação”. (CAVALCANTE, 2013, p. 108).

A autora esclarece, ainda, outra característica da referenciação que é uma atividade de negociação entre os interlocutores. Durante o processo de interação “[...] a elaboração da realidade [...] não acontece aleatoriamente”, pois a elaboração exige “uma negociação” entre os interlocutores, “[...] trata-se de um processo negociado, cooperativo, intersubjetivo” (CAVALCANTE, 2013, p. 110). O que a autora denomina negociação estende-se a qualquer modalidade da enunciação, seja na oral, escrita ou verbal.

A partir dessas proposituras, apresentamos, a seguir, algumas estratégias de referenciação.

1.3 Estratégias de referenciação e suas funções no texto

De acordo com Marcuschi (2006), há três conjuntos de estratégias diferenciadas pelas situações discursivas: “o objeto-de-discurso recebe uma transformação [...] sem contudo alterar atributos que lhe foram predicados anteriormente [...]”; “o objeto-de-discurso[...] é designado por uma anáfora que não considera [...] mudanças anteriormente havidas na predicação”; o objeto-de-discurso sofre uma ou mais modificações na predicação.

A anáfora não se trata de uma operação simplista que sempre pode ser retomada, podendo

ocorrer por meio de recategorização lexical explícita: “[...] a anáfora introduz um item lexical que identifica o referente, retomando-o por designações vagas [...]”. Pode ocorrer por meio da recategorização lexical implícita, que é “[...] feita através de um pronome anafórico que remete a um referente e o retoma denominando-o, mas modificando algum aspecto”. Pode ocorrer mediante modificação da extensão do objeto, quando “[...] as transformações são operadas nem sempre implicando uma recategorização lexical, mas de outro tipo, ou seja, formal”. (MARCUSCHI, 2006, p. 15).

Kock e Elias (2012, p. 134) denominam como estratégias na construção de referentes a introdução (construção), retomada (manutenção) e deslocalização. Kock e Elias (2012) explicam que há duas formas de introduzir os referentes textuais: a ativação ancorada, na qual o produtor introduz no texto “um objeto totalmente novo”. Quando os referentes são introduzidos de forma ancorada, ocorrem as anáforas indiretas (não há no cotexto um elemento explícito), sendo constituídas por expressões nominais definidas ou indefinidas e pronomes sem antecedente ou subsequentes explícitos no texto. Essa ativação de novos referentes é a referenciação implícita. As anáforas podem ser constituídas em esquemas cognitivos ou mentais, conforme esteja ancorada em uma expressão referencial que infira a outra ou que se associe a elemento parente.

Dentre as estratégias de referenciação, segundo Cavalcante (2013, p. 133) há os processos referenciais (introdução referencial, anáfora – direta, indireta e encapsuladora e o dêixis – pessoal, espacial e temporal que contribuem para a composição de toda tessitura textual, por meio de suas funções textual-discursivas, fornecendo-nos “[...] pistas sobre o que põe essas estratégias em funcionamento”.

Em relação à introdução, Cavalcante (2013) explica que os textos podem apresentar dois tipos de introdução de referentes: aqueles cujas expressões referenciais estão relacionadas a um elemento cotextual e aqueles nos quais não se fazem presentes tais elementos introdutórios, “[...] as que estão e as que não estão relacionadas a algum elemento no contexto”. (CAVALCANTE, 2012, p. 122).

Cavalcante (2013, p. 123) explica que as anáforas contribuem para a continuidade referencial, “[...] a retomada de um referente por meio de novas expressões referenciais”, podendo ser diretas ou correferenciais (quando uma nova expressão representa um referente já constituído). No entanto, a ocorrência da anáfora independe da correferencialidade, podendo ser apresentada no texto como se já fosse conhecida, indicando que o leitor já sabe do que se trata. Desse mesmo

pensamento compartilha Marcuschi (2006) a respeito da correferência. Para o autor, a correferência é a relação que retoma o referente como sendo o mesmo já introduzido.

Ainda conforme Cavalcante (2013), “A anáfora ativa um novo objeto de discurso, cuja interpretação é dependente de dados introduzidos, mas não retoma o mesmo referente [...]”. Algumas vezes, mesmo aparecendo somente uma vez no cotexto, tornam-se previsíveis mediante o contexto. A essa estratégia dá-se o nome de anáfora indireta, que são determinadas pela “[...] não vinculação da anáfora com a correferencialidade, a introdução de referente novo e o status de referente novo expresso no cotexto como conhecido”. (CAVALCANTE, 2013, p. 125-126).

Pode ocorrer também a anáfora encapsuladora, quando a “[...] expressão referencial resume um conteúdo textual e inclui outros conhecimentos sobre o que está sendo referido). (CAVALCANTE, 2013, p. 127).

A dêixis trata-se de um outro processo de referenciação, que introduz objetos de discurso ou retoma-os; a expressão referencial dêitica somente é configurada quando “[...] podemos identificar a entidade a que ela se refere se soubermos, mais ou menos, quem está enunciando a expressão dêitica que o enunciador se encontra” (CAVALCANTE, 2013, p. 127). Assim, o fenômeno da dêixis somente ocorre quando o enunciador conhece algumas coordenadas expressas no texto, relativas à “[...] localização e identificação de diversos aspectos (pessoas, objetos, eventos, processos)” (CAVALCANTE, 2013, p. 129), interligando esses elementos a entidades a que eles se referem. A ausência da compreensão desses aspectos leva a não compreensão do sentido do texto.

Para a autora, anáfora e dêixis são dois fenômenos linguísticos que podem ocorrer simultaneamente, em um dado texto, sendo que um não exclui o outro, ao contrário, complementam-se.

Em relação às funções textual-discursivas das expressões referenciais, a autora clarifica a sua importância na tessitura textual, por auxiliarem em toda a organização textual. Assim, “[...] a elaboração do texto fornece pistas sobre o que põe essas estratégias em funcionamento”. (CAVALCANTE, 2013, p. 133).

Dentre as funções discursivas dos processos referenciais, há a introdução (já mencionada), o encapsulamento anafórico, que retoma um fato “[...] fazendo um sumário de toda unidade textual precedente”, cujo efeito reflete em economia e organização textual. “Essas anáforas ajudam na organização macrotextual, ou seja, na organização dos subtópicos do texto, pois indicam o fechamento de uma porção textual e funcionam como sinalizadores argumentativos, conduzindo

o interlocutor para o estágio seguinte”. (CAVALCANTE, 2013, p. 137).

Quando o interlocutor, ao invés de ativar o processo sociocognitivo, vale-se da memória, temos uma recategorização metafórica. Há ainda a função estilística, ao se colocar em um texto estratégias diversas, que permitem múltiplos sentidos, de modo intencional, temos os efeitos estilísticos.

Por isso as facetas da linguagem são tão fascinantes [...] O bom é saber que todos esses papéis podem aparecer juntos no texto, ou há casos em que apenas um processo referencial age de forma a organizar, argumentar, a resumir e introduzir informação, etc. (CAVALCANTE, 2013, p. 142).

Podemos verificar que a esteira tomada pelos autores aqui estudados no trato dos processos de referenciação na produção discursiva mostram a dinamicidade da construção global de um texto, cujos fenômenos linguísticos utilizados, como as estratégias de relações anafóricas não são estáticas e imutáveis, são amplos fenômenos que estabelecem o dinamismo e a variabilidade na construção textual, conforme o sentido e funcionalidade pretendida. Clarificam que deve haver uma atenção especial no ensino, pois são fatores determinantes para desencadear a manutenção da equivalência, semântica, sintática e pragmática, ou seja, a construção global de um texto exige acuidade na seleção das formas nominais referenciais, implicando, sobretudo, na correta compreensão por parte do leitor-interlocutor.

2. ANÁLISE DOS TEXTOS PRODUZIDOS EM SALA DE AULA

2.1 Contextualização metodológica, material e métodos

Para a análise aqui proposta, levamos em conta, inicialmente, o trabalho prévio que levou à situação de produção do texto solicitado e o eixo metodológico que criou a situação de produção (um conto que apresentasse uma situação matemática). A análise assenta-se nas estratégias de referenciação utilizadas pelos alunos, antecedendo, contudo, um breve comentário sobre a forma composicional solicitada (narrativa).

Cavalcante (2013, p. 65) explica que uma sequência de teor narrativo deve constituir-se de sete fases, as quais são denominadas de 1.situação inicial, 2.complicação, 3.ações, 4.resolução, 5.situação final, 6.avaliação e 7.moral.

Percebemos que os textos, aqui nomeados Texto A, Texto B e Texto C, constituíram-se, no

máximo de quatro fases. O não cumprimento das sete fases não é um fato preocupante, pois os alunos elaboraram o texto conforme a temática, tipo (narrativo) e o gênero (conto) solicitados, demonstrando terem internalizado que uma produção escrita desse teor requer, no mínimo, os aspectos de introdução, desenvolvimento e conclusão, observando, na construção dessas partes, em diferentes proporções “[...] o encaixe das peças que fazem seu funcionamento interativo” (ANTUNES, 2010, p. 68).

2.2 Análise da construção discursiva nos textos

Inicialmente na análise da construção discursiva, consideramos as escolhas de ordem discursivo-textual, de alguns elementos aos quais os alunos recorreram diante da manipulação dos dados da língua, destacando os elementos referenciais na construção do sentido e na progressão textual, procurando compreender de que modo os alunos estabelecem a relação entre os enunciados, a articulação das ideias e qual domínio linguístico possuem nesse nível de escolaridade e como isso reflete na progressão de seu texto.

Texto A – trecho A A floricultura chamada “A beleza da flor”
Era uma vez uma **floricultura** chamada “**A beleza da flor**”, havia muito tipo de **flores** como violeta, rosas, orquídea, lírio, jasmim, cravo, hortências, **todas** eram muito lindas, violetas tinham 9 294, rosas tinham 12 948, orquídea havia 1 600, lírio 4 000, jasmim 4590, cravo 19 589, hortências 2 868.

O título retomado no primeiro parágrafo do texto categoriza o referente e orienta o tópico central do texto, trata-se, pois, de uma ativação ancorada no título. Neste trecho, os objetos referidos de diversas naturezas consistem em estratégia de anáfora direta ou correferencial /**flor**/, /**flores**/ que retomam o referente /**floricultura**/, realizada, neste caso, por novo sintagma nominal. Ao nomear as flores (violeta, rosas, orquídeas, lírio, cravo, hortências), embora sejam referentes que apareçam pela primeira vez no texto, são referentes previamente concebidos diante dos conhecimentos que temos a respeito dos nomes de flores. Trata-se de referentes individualizados. Temos ainda neste trecho uma anáfora encapsuladora /**todas**/, um anafórico que não retoma nenhum referente presente no cotexto, mas resume um conteúdo textual. Percebemos também a presença de referente menos saliente, representando entidades mais abstratas “**a beleza da flor**”, presente no título e na primeira linha do trecho analisado.

Trecho B

[...] **a dona da loja** ficou muito triste [...]. Com quanto ela ficaria se tivesse com o triplo? Enquanto calculamos, **a dona Carla**, que seria **a dona da floricultura** está fazendo o cálculo [...]

Neste trecho, há um movimento de cadeia anafórica retomado por estruturas linguísticas diversas e que constituem o princípio da construção textual, percebemos que o referente introduzido neste parágrafo /**a dona da loja**/ é retomado e mantido, primeiro, por meio do pronome /ela/ e no terceiro parágrafo por novos sintagmas nominais: /**a dona Carla**/, /**a dona da floricultura**/, que consistem em anáforas diretas ou correferenciais. Trata-se de elementos lexicais cuja carga semântica e função designadora são as mesmas, ou seja, embora co-significativas não são recategorizadas.

Texto B - Trecho A - Dia do livro

Em um certo dia **eu e minha amiga** estávamos caminhando **pelo centro da cidade** e **nós duas** avistamos uma loja que só vendia **livros** e logo **nós nos** interessamos e entramos nesta loja. Perguntamos para **a moça**:

Embora a expressão /**o livro**/ seja retomada nos parágrafos que constituem o texto, o título não mantém qualquer continuidade com a temática do texto, pois se infere a partir da palavra /**livro**/ contida no título a possibilidade do cotexto abordar o dia 18 de abril (dia nacional da literatura infantil) ou o dia 29 de outubro (dia nacional do livro), entretanto o que orienta o tópico central do texto são os /**livros**/ vendidos em uma loja. Trata-se de uma referência não individualizada que se aplica a livros em geral; no caso do título, não mantém relação com outros referentes do contexto particular (dia do livro). Neste trecho inicial a expressão /**eu e minha amiga**/ trata-se da ocorrência de um dêitico pessoal, utilizado para remeter às pessoas do discurso, retomado adiante pela expressão /**nós duas**/ e depois /**nós nos**/, fazendo remissão aos interlocutores apresentados no início do texto. /**Pelo centro da cidade**/ e /**nesta loja**/ são dêixis espacial, apontando informações sobre o local em que ocorre a enunciação. /**A moça**/ aparece pela primeira vez no texto como se já fosse conhecida, pois é uma expressão que vem introduzida pelo artigo definido /**a**/. Essa expressão ancora-se no fato de ser possível associá-la à vendedora da loja, já apresentada no texto, sendo de nosso conhecimento que uma loja necessita de uma vendedora. Trata-se de uma anáfora indireta sem correferencialidade.

Texto C - trecho A - O homem raciocinador

Era uma vez um homem que estava indo para o sítio do seu tio. E ele estava com seu cavalo e ele não tinha nada para fazer e para distrai lo passou um bando de periquitos e ele começou a contar os periquitos e ele falou:[...]

[...] Olha, duzentos e quinze periquitos e atrás dos periquitos tinha um bando de pombinhas e ele contou as pombinhas. Quantas aves tem no céu?

Embora o núcleo nominal (homem) seja o mesmo no título e no parágrafo inicial do texto parecem ser referentes distintos; no título, a expressão nominal **/O homem raciocinador/** é precedida pelo artigo definido **/o/** como se consistisse o foco da comunicação, no entanto, o parágrafo inicial traz o artigo indefinido **/um/**, dando a ideia de uma nova informação (**/um homem/** diferente de **/o homem/**). No caso das expressões **/seu tio/** e **/seu cavalo/**, o uso do possessivo **/seu/** só pode ser compreendido se o interlocutor tiver conhecimento de algumas coordenadas do enunciador. Nesse caso, a referência torna-se ambígua, dificultando a compreensão da escrita. Com a predominância da progressão referencial por elementos linguísticos de valor pronominal, especificamente cinco vezes o uso do pronome pessoal de terceira pessoa - **/ele/** em substituição **/a homem/**, o produtor ativa elementos presentes no texto e mesmo sendo uma estratégia de construção textual, esse tipo de referenciação no texto analisado mostra a necessidade de chamar a atenção do aluno às diversas e vastas possibilidades de progressão referencial a que ele pode recorrer, de modo a produzir textos mais elaborados. A expressão nominal **/um bando de periquitos/** é retomada três vezes no cotexto, mantendo o núcleo nominal (substantivo periquitos) acompanhado pelos seguintes determinantes (artigo, locução adjetiva e artigo, respectivamente) mantendo a mesma característica. Somente no último parágrafo ocorre uma recategorização do referente periquitos, com alteração da expressão nominal para **/as aves/**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos textos analisados, ficou evidenciada a forma como os objetos do discurso foram tratados pelos produtores, determinando suas escolhas. Embora já sejam utilizadas as estratégias, tais como introdução, elementos anafóricos e dêiticos, é possível observar que esse processo poderia ser enriquecido, ampliando a capacidade do produtor diante da organização de seu texto, por meio de um tratamento mais específico relativo ao ensino da referenciação e progressão textual, respaldado na amplitude e diversidade dos recursos possíveis para organizar e (re)construir um

100

enunciado. Se os textos analisados fossem reescritos, não, apenas, para preencher lacunas, mas para enriquecer o todo textual, a linguagem certamente ocuparia seu espaço como uma atividade de natureza social e cognitiva, garantindo a construção do percurso do saber e a manutenção do conhecimento. Isso implica dizer que uma abordagem pedagógica e intervenção didática adequada pode, com certeza, constituir uma resposta mais produtiva na construção de textos.

Os exemplos analisados mostram que o processo de referenciação é construído a partir de objetos de discurso, tomando tanto as informações cotextuais, quanto as contextuais. A partir de uma perspectiva macrotextual, usando a linguagem como uma atividade de natureza social, interacional e cognitiva, conforme a situação de produção, ou seja, um texto é construído conforme a habilidade e o conhecimento do produtor, que se vale das vastas estratégias responsáveis pela progressão referencial conforme os saberes de referência relativos ao estabelecimento da progressão textual.

Pensar a prática pedagógica do ensino da língua portuguesa requer o ensino de elementos que conduzam a operações discursivas, destacando os elementos referenciais e as operações internas fundamentais para a construção de sentido e da progressão no texto. Deve-se permitir ao aluno tomar conhecimento de como ocorre o processo de referenciação, considerando que os planos discursivo e textual se complementam no interior de cada texto. Cabe, pois, ao docente propiciar uma construção discursiva, seja oral ou escrita, por meio de conhecimento dos objetos de discurso, que vão sendo organizados, formulados ou reconstruídos a partir de escolhas de ordem discursivo-textual.

Em contexto de aprendizagem, no que diz respeito à prática de produção escrita, a referenciação e a progressão referencial consistem em importante estratégia de ensino para auxiliar o aluno na organização textual, quando levado a manipular os dados da língua, de modo a construir e reconstruir seu discurso, no sentido de desenvolver sua competência discursiva, pondo em evidência o contributo a que o aluno pode recorrer para produzir textos mais elaborados, em um processo de construção do percurso da constituição do saber.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2013.

COUTINHO, Maria Antónia. *Texto(s) e competência textual*. Lisboa: FCG-FCT, 2003.

_____. *Gramática Textual do Português: organizadores textuais* Disponível em <www.fcsh.unl.pt/cadeiras/texto/sobre,2004>. Acesso em 11 dez. 2013.

_____. Descrever gêneros do texto: resistências e estratégias. *Anales del*, v.4, p. 627-647, 2007.

KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1999.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e Escrever: estratégias de produção de texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCUSCHI. Luiz Antonio. Referência e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Cad.Est.Ling.*, Campinas, v. 48, n.1, p. 7-22, 2006. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1539/1111>> Acesso em: 30 dez. 2013.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NASCIMENTO. Priscila Brasileiro da Silva do. *A referência em redações de alunos da escola pública: um estudo de caso*. Disponível em: <www.inventário.ufba.br>. Acesso em: 30 dez. 2013

PINTO, Rosalice. *Aspectos organizacionais em gêneros textuais*. Universidade de Évora, 2010.